

Busca da verdade *versus* ideologia no Acontecimento José Comblin

Search of truth versus ideology in Joseph Comblin Event

Edelcio Ottaviani¹

Resumo: Este artigo, fruto de uma fala na mesa intitulada “Teologias e Ideologias” da *I Jornada José Comblin*, em uma parceria entre PUC-SP e UNICAP, parte de uma definição preliminar de ideologia, trabalhada por Marilena Chauí (1941) no rastro de Karl Marx (1818-1883). Em seguida, abre espaço à sutileza de nosso teólogo ao analisar as ideologias que permearam três momentos significativos de sua vida, nos quais ele critica a ideologia religiosa, a ideologia política e a ideologia econômica, muito embora, ao salientar cada uma delas, ele não exclua a influência de uma sobre as outras. Por fim, apresenta a vida e a obra de José Comblin como uma *ontologia crítica do presente*, no dizer de Foucault, e um modo de ser na verdade, retirando as máscaras das ideologias que se esforçam por fechar nossos olhos a uma leitura mais ampla da realidade.

Palavras-chave: José Comblin; verdade; ideologia; acontecimento; ontologia crítica do presente

Abstract: This article results of a talk at the table entitled “Theologies and Ideologies” of the First Joseph Comblin Journey, in a joint venture between PUC-SP and UNICAP, starts from a preliminary definition

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Católica de Louvain (1996) e mestre em Teologia pela PUC-SP (2013). Professor do DEPG em Teologia e Reitor do Centro Universitário Assunção – UNIFAI.

of ideology, worked by Marilena Chauí (1941) in Karl Marx's track (1818-1883). It then opens space to our theologian's subtlety at the analysis of the ideologies that permeated three significant moments of his life, in which he criticizes religious ideology, political ideology, and economical ideology, although in stressing one of them he does not exclude the influence that one of them exerts upon another. At last, it presents Joseph Comblin's life and work as a critical ontology of the present, in Foucault's words, and the way of being in truth withdrawing the masks from the ideologies that make an effort to close our eyes to a wider reading of the reality.

Key-words: Joseph Comblin; truth; ideology; event; critical ontology of the present

Introdução

O que é a verdade? Essa pergunta, que desde os gregos não para de nos inquietar, Comblin (1923-2011) procura respondê-la em um pequeno livro com o mesmo título, de linguagem aparentemente simples, como simples parece ser sua resposta, ao retomar as palavras de Emmanuel Mounier (1905-1950): “A verdade, Pilatos, é estar do lado dos pobres!” (2005, p. 5). Fugindo das formulações acadêmicas, com metodologia e modalidades próprias da cultura grega e nas quais a teologia se viu presa desde a Idade Média, Comblin procura fundamentar sua resposta, indo ao encontro daquilo que o pensamento contemporâneo e as outras religiões parecem revelar: as fórmulas racionais, logicamente conectadas em sua universalidade e necessidade, não fazem mais do descrever ou representar algumas porções da realidade. A teologia acadêmica, que tem sua origem na teologia grega, exalta o valor dos conceitos, a partir dos quais se procura descrever com exatidão a realidade, aproximando-se daquilo que desde a modernidade é denominado ciência. Porém, ela se viu presa nas elaborações abstratas e acabou, não poucas vezes, por se distanciar da realidade e, paradoxalmente, do mistério da encarnação, que não cessa de interpelar o pensar teológico. Para Comblin, formado por uma das universidades mais conceituadas da Europa e radicado na América Latina desde 1958, é preciso repensar a tentativa de fazer da teologia uma ciência e renunciar ao projeto de definir “a verdade” (Cf. *ibidem*, p. 5). Por outros caminhos e partindo das premissas da tradição evangélica, nosso teólogo se aproxima, provavelmente sem o saber, das pesquisas do filósofo

contemporâneo Michel Foucault (1926-1984) sobre o dizer verdadeiro (*parresia*).² Para ambos, mais do que dizer a verdade, trata-se hoje de adquirir um modo de ser por meio do qual tenhamos acesso à verdade. Para Comblin, “o que nos é permitido é buscar caminhos que conduzem à verdade, ou pelo menos a uma aproximação da verdade” (ibidem, p. 5).

Ainda no livro *O que é a verdade?*, Comblin observa que Jesus não dá atenção à pergunta de Pilatos (Jo 18, 38) pelo simples fato de que este não estava realmente interessado em conhecer o que acabara de perguntar (2005, p. 7). Aos discípulos, sim, por ocasião da última ceia partilhada com eles, o Mestre a definira: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14, 6). Ao analisar essa passagem, nosso autor aponta para a posição mediana ocupada pela verdade no dito de Jesus. Abraçando os três termos, o Nazareno se

2 Desde o início dos anos oitenta, Michel Foucault está interessado em compreender os meios que tornam possível a emergência do sujeito ético. Rompendo com o corte histórico e epistemológico de suas pesquisas anteriores (do século XV ao XIX), Foucault volta seus estudos para a antiguidade clássica (dos séculos VI a.C até II d.C) e se depara com a noção do “cuidado de si” que, desde Platão (428-348 a.C) e sobretudo na modernidade, foi ofuscada pela preocupação com o conhecimento de si. Outrora caminhando juntos, o cuidado de si deu lugar à preocupação do sujeito com a sua verdade (conhecimento de si). Este passa a averiguar os modos como a mentira se ampara das representações do sujeito sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca, instaurando uma ruptura entre conhecimento e atitude. A *parresia*, o dizer verdadeiro ou franco-falar (*franc-parler*), emerge como uma necessidade do sujeito preocupado em dar uma bela forma a sua existência, emancipando-se das tecnologias de dominação e se constituindo como sujeito livre. Nesse percurso, emerge, em relação ao sujeito desejoso por conhecer os meios mais justos de se conduzir e de conduzir os outros, a figura do mestre, capacitado para lhe dizer a verdade sobre si (*parresia*) e sobre os meios para atingir o governo de si e o governo dos outros no exercício da liberdade. Como diz Frédéric Gros, comentando a Situação do Curso de Foucault, ministrado entre 1981 e 1982 e intitulado *A Hermenêutica do sujeito*, “na espiritualidade antiga, é a partir de uma transformação do seu ser que o sujeito pode pretender alcançar a verdade, enquanto para a filosofia moderna é porque está desde sempre esclarecido pela verdade que o sujeito pode pretender mudar a maneira de conduzir-se” (FOUCAULT, 2006, p. 633). Mais adiante, ele completa: “o sujeito do cuidado de si é fundamentalmente um sujeito de ação reta mais do que um sujeito de conhecimentos verdadeiros. O *logós* deve atualizar a retidão da ação, mais do que a perfeição do conhecimento” (ibidem, p. 640). As práticas de si, trazidas à luz pelos estudos do Foucault e esquecidas pela tradição epistemológica do Ocidente, “são a ponta de lança de uma nova ideia do sujeito, distante das constituições transcendentais e das funções morais” (ibidem, p. 639). Nesse horizonte, surge o sujeito veraz (*parresista*), capaz de verdade, e que será o objeto de estudo de seus cursos posteriores *O Governo de Si e dos Outros* (1982-1983) e *A Coragem da Verdade* (1983-1984).

apresenta a si mesmo como o caminho por excelência, que não engana e que conduz à vida. Precedido pelo ego enfático “Eu sou”, manifesta-se perante os olhos dos discípulos como um modo de ser que assume a humanidade elevando-a à condição divina. Seguir seus passos, tomando-o por mestre e guia, é aproximar-se do que realmente existe; é denunciar a mentira que predomina neste mundo de sistemas religiosos, políticos e econômicos que prometem a vida, mas que, na realidade, conduzem à morte; é anunciar a libertação a todos os que padecem nos grilhões da dominação (Cf. *ibidem*, p. 8-10). Os Evangelhos mostram que “as autoridades de Israel não acreditam em Jesus justamente porque Ele fala a verdade. Não é por ignorância ou por erro, mas porque a vida deles está orientada para a mentira e para a morte. O sinal disso é que querem matar Jesus” (*ibidem*, p. 9). NEle, a verdade aparece inconfundivelmente com evidência e clareza, defende Comblin. Por isso, aquele que pauta sua vida na vida dEle e se inspira em seus atos e palavras, pode passar por “tempos de dúvida ou de preocupação em virtude da fraqueza humana, mas não vai perder, mesmo na escuridão da noite, a luz da verdade” (*ibidem*, p. 13).

Em *A liberdade cristã*, nosso teólogo procura esclarecer um pouco mais do que, segundo ele, “séculos de história não foram suficientes para esgotar”, ou seja, “a revelação sobre a liberdade que há na obra e na vida de Jesus” (2010, p. 107). Pelos atos e ditos do mestre de Nazaré, são destruídas as muralhas de defesa que vão crescendo e excluindo, de um reduto aparentemente seguro, uma parte significativa da sociedade. Na contracorrente das ideologias, atos e palavras de Jesus abrem um caminho que vai ao encontro do outro, estabelecendo o caráter social de sua mensagem: “Jesus não busca conversões isoladas, mas um povo novo, um povo de Israel feito de novo” (*ibidem*, p. 112). Ele não rompe totalmente com sua tradição judaica, mas quer reformá-la por dentro (Cf. *ibidem*, p. 112). Segundo Comblin, uma sociedade livre, que deseja se pautar no evangelho da liberdade anunciado por Jesus, “é uma sociedade que se abre a uma interpelação permanente, aceitando o desafio da novidade, o desafio de todos os marginalizados, negando-se a excluir quem for, impondo a si própria o mal-estar permanente da instabilidade, da inquietude” (*ibidem*, p. 123); que se revê e repensa continuamente sua forma de ser. Com essas palavras, nosso autor explicita que uma sociedade livre não é algo dado, mas uma realidade em construção que coloca constantemente em questão suas próprias estruturas: “libertar é destruir as barreiras que mantém ou justificam a segregação em nome da segurança e da tranquilidade pessoal e social” (*ibidem*, p. 117). Jesus rompe com a relação amigo-inimigo, intrinsecamente ligada à cultura social e religiosa de Israel;

“reconhece aos inimigos o direito de existir e, portanto, perturba a ordem e qualquer estabelecimento. Ele reconhece direitos aos inimigos e, portanto, ameaça os direitos dos amigos” (ibidem, p. 114); “liberta do pecado de ódio ao inimigo e, por conseguinte, da necessidade de dominar. Jesus ataca a dominação na sua raiz individual e social” (ibidem, p. 115); rompe com a estrutura amigo-inimigo, e esse é seu ato libertador. Em seu lugar, instaura a relação irmão-irmão, uma vez que todos os que são chamados a serem irmãos são filhos do mesmo Pai (Cf. Mt 6, 7-15; Lc 11, 1-4).

Nosso autor vê, na interpelação inoportuna dos doentes (Lc 13, 10-14), do centurião (Mt 8, 5-7), dos cegos (Mt 20, 29-31) ao mestre de Nazaré – da Galileia a Jerusalém e de Jerusalém à Galileia –, a interpelação de todos os grupos discriminados ou expulsos da ordem estabelecida, como são hoje os desempregados, as raças oprimidas, as mulheres subjugadas pelo machismo. Nessa mesma interpelação, Comblin enxerga a interrogação de todos aqueles que não valem, não contam e não têm poder, mas que são colocados em primeiro plano por Jesus. Por ressentimento? Por causa de um sentimento mórbido beirando a patologia? Certamente não, mas porque dessa atitude, diz o teólogo, “derivam todas as outras liberdades tão disputadas na história do cristianismo” (ibidem, p. 124). Para Comblin, a ação social de Jesus consiste nisto: em fazer aparecer no meio do povo aqueles que foram rejeitados do meio dele; em trazer para o campo de visão o que certos discursos e práticas teimam em manter escondido. É nesse sentido que podemos dizer que o Evangelho anunciado por Jesus não é ideologia e que toda prática pastoral que se quer evangélica e libertadora deve se despir de todo caráter ideológico. Ao fazer isso, o filho de Maria e do carpinteiro José “introduziu um princípio de desordem, criou um perigo de dissolução social” (ibidem, p. 117). Em uma palavra: transgrediu; desordenou para reordenar.

Fruto de uma fala na mesa intitulada “Teologias e Ideologias” da *Jornada José Comblin*, em uma parceria entre PUC-SP e UNICAP, este artigo parte de uma definição preliminar de ideologia, trabalhada por Marilena Chauí (1941) no rastro de Karl Marx (1818-1883). Em seguida, abre espaço à sutileza de nosso teólogo em perceber o acontecimento (*événement*)³ de uma época e a ideologia que, de algum modo, se lhe

3 Ao tratar sobre os Sinais dos Tempos (ST), Marie Dominique Chenu diz que eles são “acontecimentos, realizados pelo homem, e que, para além de seu conteúdo imediato, tem valor de expressão de uma outra realidade” (CHENU, 1965, p. 32). Estes acontecimentos têm valor simbólico, por meio dos quais os homens podem alcançar, de repente, espaços espirituais

apresenta relacionada. Por questões metodológicas, escolhi, da rica vivência e extensa produção teológica de Comblin, três momentos significativos que, de certa forma, mostram sua capacidade em apreender (*saisir*) o acontecimento de uma época e analisar, criticamente, a ideologia que lhe está atrelada, seja ela religiosa, política ou econômica, muito embora, ao salientar uma delas, ele não exclua a influência que as outras possam exercer sobre ela. Com isso, não queremos dizer que, ao analisar a ideologia religiosa que perpassa um determinado acontecimento, ele não tenha também prestado atenção aos aspectos políticos e econômicos que a constituem. Queremos apenas mostrar que, ao se debruçar sobre um determinado período da história que lhe é contemporânea, Comblin procura mostrar qual é o acontecimento que, de certa forma, está determinando uma era ou o fim dela e, nesse caso, o aparecimento de outra visão de mundo. Por fim, o artigo apresenta a vida e a obra de nosso teólogo como uma *ontologia crítica do presente*, no dizer de Foucault, e um modo de ser na verdade, retirando as máscaras das ideologias que se esforçam por fechar nossos olhos a uma leitura mais ampla e crítica da realidade, modo esse que faz dele próprio, Comblin, um acontecimento.⁴

insuspeitáveis (Cf. *ibidem*, p. 32). Não são fatos isolados, “mas fenômenos estendidos a todo um ciclo de vida coletiva, a partir de um desencadeamento cujo choque contagioso atinge pouco a pouco toda uma geração, um povo, uma civilização” (*ibidem*, p. 32).

4 Ao se referir aos estoicos como aqueles que melhor compreenderam a dimensão fenomênica do “acontecimento”, Gilles Deleuze diz que os fatos, tornados acontecimentos, atuam como uma espécie de “vapor incorporal” que emerge como um efeito do jogo de forças entre todos os corpos, ainda que esses não sejam, como pensa o senso comum, da ordem física, dado que as qualidades, as ações e as paixões também são corpos, pois exercem, de algum modo, uma força sobre outros corpos (a quentura do fogo faz o ferro se avermelhar, exercendo sobre ele determinado efeito). Assim, o acontecimento é o efeito dessa mistura de corpos que “se penetram, se forçam, se envenenam, se imiscuem, se retiram, se reforçam ou se destroem” (DELEUZE, 1998, p. 76). Enquanto resultante ou efeito singular desse jogo de forças entre os diferentes corpos, o acontecimento se destaca de outros efeitos que se perdem no tempo e para sobre a realidade efetiva como um “vapor incorporal”. Dele, não se pode dizer que seja, pois transformado em puro infinitivo (nos esperando e nos precedendo como uma quarta pessoa do singular), ele para como um meio termo entre a “profundidade física e a superfície metafísica” (Cf. *ibidem*, p. 77). Como pensador atento aos Sinais dos Tempos, procurando compreender qual é o acontecimento que marca uma época e abre espaço ao anúncio e à vivência dos valores do Reino de Deus, Comblin, enquanto sujeito de ação não mais existente neste mundo, para sobre outras épocas como uma referência, uma inspiração, cuja forma de vida aguarda o momento oportuno para se efetivar novamente em outros sujeitos, não como repetição, mas como materialização do incorporal segundo as determinações do tempo e do espaço.

1. O que é Ideologia?

Marilena Chauí, em um pequeno livro de 1980, cuja linguagem clara e consistente o fez ultrapassar mais de trinta edições nove anos depois, diz sobre ideologia:

Um dos traços fundamentais da Ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que tornam compreensíveis as ideias elaboradas (1989, p. 11).

Partindo da análise das quatro causas sistematizadas por Aristóteles (384-322 a.C) isto é, a formal, a material, a eficiente e a final, concebidas para explicar a questão do movimento que tanto preocupava os antecessores do estagirita, Marilena mostra como cada uma delas adquire a preeminência ao longo da história, estabelecendo, entre elas, certa hierarquia. Na época Antiga como na Medieval, a causa final enquanto motivo ou finalidade da existência de alguma coisa era tomada pelos pensadores como a preeminente, ao passo que, na Idade Moderna, passou a ser a causa eficiente. Tal mutação se explica quando pensamos que, tanto na Idade Antiga quanto na Medieval, a causa final está relacionada à ideia de uso e esse depende da vontade de quem ordena a produção de algo, não importando quem a irá fazer (o escravo ou o servo), causa eficiente. Nessa visão de mundo, o trabalho aparece como um elemento secundário ou inferior, e a fabricação, menos importante que o seu fim.

Por outro lado, a partir da Idade Moderna, as coisas começam a mudar. As quatro causas são reduzidas a duas, eficiente e final, e marcadas pela ideia de operação ou ação, mais especificamente pela relação causa e efeito. Segundo os Modernos, entre os quais Descartes (1596-1650) e Bacon (1561-1626), não há, no plano da Natureza, causas finais, ao passo que, no plano metafísico, sim. Na Natureza, as coisas cumprem a lei da necessidade; no campo da Metafísica, as vontades divina e humana agem tendo objetivos a serem alcançados. Há, portanto, o reino da pura necessidade mecânica (Natureza), marcado pela causa eficiente, e o reino da pura finalidade e liberdade (espírito), marcado pela causa final. Na Terra, o homem se caracteriza como junção destes dois reinos, marcados pela “união de um corpo mecânico e de uma vontade (Espírito) finalista” (CHAUÍ, 1989, p. 13). O trabalho surge, assim, como a atividade por excelência na qual a vontade

subordina o corpo a obter certo fim. Ora, como se deu essa mutação? Ela ocorre pelo fato de, na Modernidade, se está em uma época em que o homem é valorizado não por seu sangue ou família, mas por seu poder econômico, que o leva a adquirir também poder político, por causa de sua capacidade de trabalho e de poupança.

Segundo Chauí, uma teoria geral para explicação da realidade e de suas transformações é, na verdade, uma transposição de relações bem determinadas para o plano das ideias. Não pretendemos aqui discorrer sobre todos os nexos que ela elabora, a partir do segundo capítulo de *O Capital*, para explicitar o que caracteriza uma ideologia, mas, em linhas gerais, podemos concluir com ela o seguinte:

As ideias que parecem resultar de puro esforço intelectual, de uma elaboração teórica objetiva e neutra, de puros conceitos nascidos da observação científica e da especulação metafísica, sem qualquer laço de dependência com as condições sociais e históricas, são, na verdade, expressões dessas condições reais, porém de modo invertido e dissimulado. Com tais ideias pretende-se explicar a realidade, sem se perceber que são elas que precisam ser explicadas pela realidade (CHAUÍ, 2010, p. 16).

Em suma, a ideologia se apresenta como um ocultamento da realidade social; como um sistema de ideias condenadas a desconhecer a sua relação real com o real (CHAUÍ, 2010, p. 25). Para Chauí, Marx, em *A Ideologia Alemã*, ao criticar os hegelianos tanto de direita quanto de esquerda, procurou mostrar que cada um deles tomou um aspecto da realidade humana e a converteu em uma ideia universal, passando a deduzir todo real desse aspecto idealizado (Cf. *ibidem*, p. 33).⁵ A ideologia, portanto, é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes, cuja função é dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. É uma ilusão que opera uma abstração e uma inversão, em que o resultado de um processo é tomado

⁵Assim diz Marx: “Toda crítica filosófica de Strauss a Stirner limita-se a criticar representações religiosas. Partiu-se da verdadeira religião e da teologia propriamente dita; o que se entendeu posteriormente por consciência religiosa e por representação religiosa recebeu diferentes designações. O desenvolvimento do tema consistiu em subordinar igualmente à esfera das representações religiosas ou teológicas as representações metafísicas, políticas, jurídicas, morais e outras que se consideravam predominantes; proclama-se simultaneamente que a consciência política, jurídica e moral é uma consciência religiosa ou teológica, e que o homem político, jurídico e moral, o “homem” em última instância, é religioso. (MARX; ENGELS, 1980, p. 15-16).

como se fosse seu começo, os efeitos pelas causas, as consequências pelas premissas, o determinado pelo determinante, como se, no caso de Max Stirner (1806-1856), cada relação dominante pudesse ser explicada como relações religiosas transformadas em culto: “Culto do direito, culto do Estado, etc.” (MARX; ENGELS, 1980, p. 16). No próximo tópico veremos como Comblin analisa esse aspecto ideológico presente também nos textos do Magistério da Igreja Católica.

2. Comblin, crítico da ideologia religiosa

Desde 1895, os bispos belgas sonhavam com a abertura de um seminário de formação para futuros padres missionários voltados para a evangelização da América Latina. O projeto não prosperou até 1953. Em um memorando de três páginas, o Cardeal Joseph Ernest van Roey (1874-1961) elenca uma série de 22 cartas, trocadas entre ele e autoridades eclesiásticas da Santa Sé e da própria Bélgica, indicando o percurso, as razões e o modo pelos quais foi instalado o Colégio Pró-América Latina, o COPAL, na cidade de Lovaina (Löwen), em 1955. Nesse documento, o Cardeal van Roey atesta que o primeiro que lhe falou sobre a situação da Igreja Católica na América Latina foi o Cardeal Giuseppe Pizzardo (1877-1970), prefeito da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades Católicas. O encontro se deu por ocasião de sua viagem a Roma, em maio de 1952. Segundo ele, Pizzardo lhe comenta as graves preocupações da Santa Sé, referindo-se à situação trágica e muito perigosa da Igreja nos países da América Latina, em razão, por um lado, da penúria extrema do clero nos países do continente e, de outro lado, por causa da propaganda intensa que ali fazem os protestantes e os comunistas. Não nos ateremos a essa rica documentação, que registra não somente as origens da Fundação do COPAL, mas também a insistência de Comblin em partir em missão à América Latina, atestada em duas cartas, datadas de 1954 e 1957, pelo fato de o já termos feito em um artigo publicado na *Revista Paralelus* da UNICAP (Cf. OTTAVIANI; FREZZATO, 2018). Por ora, basta que nos fixemos na razão principal que levaria o papa da época, Pio XII, a redigir a Encíclica *Fidei Donum*, antecipada em conversas preliminares pelos corredores do Vaticano, das quais as missivas registradas pelo Cardeal Van Roey não são mais do que o eco.

Preocupado com o avanço do protestantismo e do comunismo na América Latina, Pio XII (1876-1958) faz publicar, em 21 de abril de 1957, uma Carta Encíclica aos Patriarcas, Primazes, Arcebispos, Bispos e Ordinários do lugar, exortando-os a não esmorecerem em sua vocação missionária de anunciar, “por todo o orbe da Terra, a Igreja de Deus” (FD, 2). No §7, referindo-se ao Continente Africano, o Papa escreve: “Não ignoramos, por certo, que, em várias regiões da África, os sequazes do "materialismo" ateu estão espalhando turbulentos germes que abalam a opinião pública, provocam à mútua inveja os diversos povos e desnaturam certas condições penosas, seduzindo os espíritos com a aparência de vantagens ilusórias, ou provocam os ânimos à revolta”. No §10, fala da necessidade de aumentar o número dos missionários para se conseguir também uma instrução e educação mais apuradas de cada fiel, frente ao inconveniente do pequeno número de apóstolos, imensamente agravado pela necessidade material que atinge, às vezes, a indigência. No tocante à América Latina, o §25 abre um espaço para aqueles que, por inspiração divina (sacerdotes, religiosos e religiosas), são chamados a exercer as funções missionárias em outras regiões. Comblin vê, nesse chamado pontifício à missão, a possibilidade de convencer o Cardeal van Roye a deixá-lo partir para a América Latina.

Três anos após ter sido ordenado (1947) e logo após ter recebido o seu diploma de Doutor em Teologia (1950), Comblin pediu para ser enviado a uma paróquia. Foi nomeado vigário da Igreja *Sacré Coeur de Jesus*, em Bruxelas, para auxiliar um pároco que já contava com dois outros vigários cooperadores. Não bastou muito tempo para perceber, nessa paróquia de classe média com uma juventude em franco processo de secularização, que tudo aquilo que havia aprendido no seminário não encontrava ali meios de aplicação. Mônica Muggler, biógrafa de Comblin, atesta que essa mesma realidade ela a percebera nas outras paróquias da região: a pastoral se resumia às funções litúrgicas e catequéticas, sem que houvesse por parte dos paroquianos um interesse teológico e uma familiaridade razoável com a Bíblia. De 1952 a 1956, Comblin lecionou Sagradas Escrituras no CIBI (*Centre d'Instruction des Brancadiers et Infirmiers*), em Alost (Aalst), município localizado entre Bruxelas e Gand (Gent), onde os seminaristas faziam o serviço militar. Sua perspectiva histórica e crítica da literatura sagrada “despertava as mentes e os corações dos jovens além do que a instituição desejava” (MUGGLER, 2013, p. 44). Não demorou a ser

dispensado pelo diretor. Assim, mergulhado nesse pequeno mundo estático e tradicional da estrutura eclesiástica e eclesial, longe do movimento operado pelas ciências, pela política, economia e sociedade, modificando os costumes e aclarando as mentalidades, Comblin decidiu que era hora de partir. A Encíclica *Fidei Donum* e os apelos do papa Pio XII à missão lhe abriram a fresta para escapar de um projeto de Igreja condenado a morrer por não querer se atualizar (Cf. *ibidem*, p. 45). E será por meio do COPAL que ele chegará ao Brasil.

Pouco mais de dois anos após sua chegada em Campinas, em 30 de junho de 1958, Comblin envia ao diretor do COPAL um exemplar datilografado, intitulado *Notes sur la situation des prêtres belges au Brésil*. Em suas 92 páginas, nosso autor, assessorado por autores das ciências sociais autóctones e brasilianistas de renome, deixa registrada sua habilidade em descrever o quadro da conjuntura nacional da época, tanto no plano social quanto nos planos político e religioso. De pronto, ele propõe ao diretor do COPAL uma revisão da formação ali realizada, que deveria se pautar mais sobre uma perspectiva de cooperação pastoral que propriamente de missão, com todas as sutilezas que essa diferenciação apresenta. *As Notas* começam por demonstrar a necessidade de estabelecer uma cooperação mais qualitativa do que propriamente quantitativa, pautada em projetos pastorais claros, elaborados por uma empreitada bilateral constituída por dirigentes do COPAL e Bispos brasileiros que lhe solicitavam o auxílio missionário. Segundo Mônica Muggler (2013, p. 58), as observações de Comblin, embora realistas, não foram totalmente bem recebidas pela diretoria do COPAL, não obstante as ressalvas apresentadas por ele próprio quanto ao aparente pessimismo de suas observações:

As notas que seguem são certamente bem incompletas. Elas são certamente inspiradas, sob pontos de vista particulares e limitados, pelo ângulo do qual elas foram tomadas. Elas não pretendem fornecer uma visão exaustiva dos problemas. Mas, tais como se apresentam não são, entretanto, sem valor.

Elas parecerão pessimistas. Efetivamente elas insistem bem mais sobre os pontos negativos que sobre os pontos positivos. [...] O pessimismo aparente é um efeito do “gênero literário”. [...] Não viemos para aplaudir o

que está bom. O que vai bem não tem necessidade de nós. [...] O que tem necessidade de nós, é o que não vai bem. (COMBLIN, 1960, p. 1).

No tocante à “propaganda intensa” dos comunistas no país, o §6, ao tratar do problema da Igreja do Brasil, diz não ser preciso se preocupar com a concorrência, pois afinal “comunistas, protestantes, espíritas, ateus, todos cedem diante de Nossa Senhora Aparecida” (ibidem, p. 17). Segundo ele, “exagera-se muito sobre a empreitada do comunismo sobre os intelectuais. É fácil colocar sob etiqueta todos os adversários [...] Comunistas são o Pe. Lebrecht [...], Economia e Humanismo, A Ação Popular, etc. [...] Tudo o que se preocupa dos problemas sociais e econômicos seria comunista” (ibidem, p. 73). Sob os ecos da revolução cubana, nosso autor diz que um processo de inclinação à órbita soviética só seria possível se o desejo de libertação do império econômico americano não encontrasse outra saída. Para ele, o nacionalismo brasileiro é, antes, mais uma defesa contra o comunismo que propriamente um ponto de apoio para sua implantação no país (ibidem, p. 73). Com essas palavras, ele procura dizer que há um sentimento religioso enraizado no povo brasileiro e que o avanço – tanto dos comunistas quanto dos protestantes, em particular daqueles que são oriundos dos movimentos pentecostais – acontecerá mais por falhas dos católicos do que propriamente por mérito deles. Em um ímpeto de clarividência, ele diz: “as possibilidades do protestantismo vem do campo livre que lhe deixam os vazios católicos” (ibidem, p. 77).

À luz do que foi dito na introdução, a *Encíclica Fidei Donum* constitui-se como um acontecimento que influencia, nos anos seguintes, a ação pastoral da Igreja Católica, ao menos até a II Conferência do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín (1968). Ela forçou o olhar das autoridades eclesiais sobre a realidade e, conseqüentemente, o olhar dos leigos mais esclarecidos formados por elas. Como foi dito por Comblin, toda iniciativa que se preocupava com as causas dos problemas sociais e econômicos era vista como influência ou propagação do ideal comunista. A *Fidei Donum* pairará como um vapor incorpóreo sobre as transformações políticas e econômicas ocorridas no continente latino-americano nas décadas de 60 e 70. Ela será instrumentalizada pela oligarquia brasileira, por exemplo, para combater as reformas de base propostas pelo Presidente João Goulart em discurso frente à estação de trem Central do Brasil, no Rio de Janeiro. A burguesia católica de São Paulo e Rio de Janeiro – movida por uma ideologia construída em cima das palavras do papa Pio XII e da política externa norte-americana por quase uma década – apoiará o

espírito de caça aos comunistas, insuflado pela oligarquia econômica e pelos militares, ao sair às ruas em “Marchas da Família com Deus pela liberdade” contra o avanço vermelho. O próximo tópico mostrará com esse temor paranoico do comunismo preparou o terreno para o golpe militar de 1964 e a posterior promulgação do Ato Institucional n.5, visando à cassação dos direitos políticos e ao fechamento do Congresso Nacional e de todas as Assembleias legislativas em território brasileiro.

3. Comblin, crítico da Ideologia de Segurança Nacional

A compreensão ideológica da presença comunista no país, disseminada em todas as instâncias da Igreja Católica, havia sido preparada, um tanto inconscientemente, pela *Propaganda Fidei*, de Pio XII e da Cúria Romana. Como diz Marilena Chauí (1989, p. 101), as ideias universais da ideologia não são uma invenção arbitrária e diabólica, mas a conservação de uma universalidade que já foi real em um determinado lugar e um certo momento, mas que agora passa a ser uma universalidade ilusória. A tendência de ver o comunismo em tudo, já denunciada por Comblin, deu azo, no Brasil, à convocação da *Marcha da Família com Deus para a Liberdade*. Em resposta ao discurso do então Presidente da República João Goulart (1919-1976), em 13 de março de 1964, representantes da burguesia católica e parte das autoridades eclesíásticas organizaram em São Paulo uma marcha que aglutinou meio milhão de pessoas para protestar contra o que denominavam o avanço do comunismo no Brasil (Cf. PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 246). Na verdade, fora uma marcha insuflada pela classe oligárquica, formada por proprietários de terra e capitalistas, tendo por verdadeiro escopo impedir as reformas de base anunciadas pelo presidente e seus apoiadores, em comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Naomi Klein fala que Goulart anunciou um plano audacioso para forçar as multinacionais a reinvestir um percentual de seus lucros na economia brasileira, em vez de remetê-los (os lucros) para fora do país e distribuí-los para seus acionistas em Nova York e Londres (KLEIN, 2008, p. 79). O programa proposto por Goulart apontava para: a) a nacionalização das refinarias particulares de petróleo; b) a desapropriação das propriedades às margens das ferrovias, rodovias e em zonas de irrigação dos açudes públicos; c) o controle de remessa de dinheiro para o exterior; d) a oferta de canais de comunicação aos estudantes; e) a permissão para que os analfabetos, maioria da população,

votassem (Cf. LOPES, 1980, p. 113). Tudo isso foi o estopim para a instauração do golpe militar na virada de 31 de março a 1º de abril de 1964.

Do Golpe Militar até o Ato Institucional n.5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, pouco mais de quatro anos e meio se passaram permeados por tensões e divisões políticas, dentro e fora da Igreja católica⁶, culminando com a supressão dos direitos políticos e civis de representantes das classes política, estudantil e artística. Com o AI-5, foi introduzida a *Lei de Segurança Nacional* como um dos instrumentos mais violentos e arbitrários do Estado de Exceção. Na década de 70, Comblin se debruçou sobre os pressupostos da Doutrina que embasa essa lei, uma vez que ele próprio fora vítima das ações abusivas dos militares, que nela se basearam para expulsá-lo do país em 24 de março de 1972. No inquérito policial instaurado poucas horas antes de sua extradição, tendo em mãos a fotocópia de uma carta enviada por ele a D. Antônio Fragoso (1920-2006), bispo de Crateús, os policiais federais apresentavam as razões de sua expulsão: ter “relações íntimas” com D. Fragoso, lançar mão em suas cartas e livros de “palavras marxistas”, dentre as quais “conscientizar” (Cf. MUGGLER, 2013, p. 100).

Já do Chile – país que o acolheu depois de sua expulsão do Brasil e do qual acompanharia a saga das famílias de presos e desaparecidos políticos junto ao Vicariato da Solidariedade da Arquidiocese de Santiago –, Comblin fizera publicar pela *Éditions Universitaires*, no ano de 1977, em Paris, o livro *A Ideologia da Segurança Nacional*. Altamente documental, o texto analisa as origens da Doutrina de Segurança Nacional, seu histórico de implantação no Continente Latino-americano e sua ideologia de base. Deliberadamente, diz Comblin, seus idealizadores invertem a fórmula de Clausewitz (1780-1831), “a guerra é a continuação da política por outros meios”, e aplicam a máxima “a política é a continuação da guerra por outros meios” (COMBLIN, 1978, p. 17). Concebido como entidade abstrata e de cunho universal, funcionando como agente encarregado de colocar o Poder Nacional à disposição dos Objetivos Nacionais e único intérprete da vontade da nação, o Estado vê, como fraquezas, os debates, as discussões e os questionamentos que caracterizam os regimes democráticos (Cf. *ibidem*, p. 73). O Estado autoritário se compreende como uma democracia em pé de guerra contra os

6 Nelson Piletti e Walter Praxedes atestam que D. Carlos Carmelo Mota, cardeal de São Paulo na época, e D. Helder Câmara, bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, respectivamente presidente e secretário da CNBB, não eram a favor das marchas e procuraram alertar João Goulart sobre o “equivoco do presidente em achar que contava com o apoio dos generais para manter-se no poder” (PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 247).

inimigos virtuais ou potenciais da nação. Segundo Comblin, a passagem do Estado autoritário a Estado militar é relativamente simples. Uma vez eliminada a ideia de povo em seus discursos, uma vez que é o Estado a verdadeira expressão da nação, restam as massas. Mas estas são inteiramente incapazes de conceber ou de querer os Objetivos Nacionais, influenciadas que são pelos demagogos e vulneráveis à subversão. Somente as elites são aptas a assumir as tarefas da Segurança Nacional e do desenvolvimento. Na atual conjuntura nacional, defendem os representantes da Doutrina de Segurança Nacional, onde encontrar semelhantes elites na América latina? “Não há escolha: só os militares podem assumir esse papel” (ibidem, p. 75).

Há de se notar, no contexto atual do Brasil, um retorno a essa ideologia (de que somente os militares têm a preparação necessária para enfrentar os grandes desafios que se apresentam à nação)⁷; observa-se o desmonte dos organismos que dão sustentação às ações dos ministérios da Educação; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e do Meio ambiente, desmonte esse sempre amparado na ideia de que tais organismos estão aparelhados por movimentos de esquerda, contrários aos interesses da nação (leia-se: contrários aos interesses das oligarquias que defendem com unhas e dentes seus próprios objetivos, ou seja, o aumento do patrimônio e a manutenção do *status quo*). A Doutrina da Segurança Nacional emergiu como um acontecimento sempre pronto a servir de instrumento para os assaltos dos regimes de exceção. Na América Latina, durante os anos 60 e 70, ela servirá de anteparo aos interesses dos capitalistas e se constituirá como um dispositivo ideológico, cuja materialidade incorporal está sempre pronta a se efetivar contra todos os que se opõem à supressão das conquistas

⁷Em reportagem publicada pelo Estadão, Adriana Ferraz, Carla Bridi, Matheus Lara, Tânia Monteiro e Tulio Kruse mostram que, em março do corrente ano, foram nomeados pelo Governo de Jair Bolsonaro 130 representantes das Forças Armadas para o poder Executivo Nacional, atuando como ministros em 8 de um total de 22 ministérios, além de ocupar cargos de comando no segundo e no terceiro escalões, como secretarias, chefias de gabinete, diretorias e outros núcleos de poder, a exemplo das presidências da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca). O número auferido de militares na cúpula da gestão se configura maior do que aquele da gestão do então presidente general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). (Disponível em <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,mapa-dos-militares-onde-estao-os-representantes-das-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro,975096>>. Acesso em 02 de setembro de 2019).

trabalhistas e aos ideais democráticos e de participação crescente nos lucros e dividendos da produção.

No próximo tópico, veremos como Comblin desenvolve uma crítica articulada e rigorosa do sistema econômico que, na América Latina, bem como em outras partes do mundo, tem realizado a junção entre ideologia política e ideologia neoliberal.

4. Comblin, crítico da ideologia neoliberal

Logo na primeira página de *O Neoliberalismo*, Comblin nos conta que D. Manuel Larraín (1900-1966), bispo de Talca e líder do episcopado chileno, fundador e primeiro presidente do CELAM, confidenciara a seus íntimos, pouco antes de morrer acidentalmente em 1966, que estava muito arrependido de um pecado: o de ter dado apoio a um Convênio estabelecido para a formação de economistas entre a Universidade de Chicago e a Universidade Católica do Chile. Naomi Klein conta com detalhes, em seu livro *A Doutrina do Choque: ascensão do capitalismo de desastre*, os trâmites desse convênio (KLEIN, 2008, p. 76ss). Albion Patterson, diretor da Administração para a Cooperação Internacional dos Estados Unidos, e Theodore Schultz (1902-1998), diretor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, comentaram, por ocasião de uma visita ao Chile, em 1953, que o Governo dos EUA não estava fazendo o suficiente para combater o marxismo no plano intelectual. Segundo eles, estava mais do que na hora de modificar a formação dos homens e influenciar na educação dos países pobres, a qual, segundo eles, era muito ruim (Cf. *ibidem*, p. 76). Surgiu assim a ideia de estabelecer um convênio com uma Instituição de Ensino Superior (IES) em um determinado país da América do Sul. Procuraram primeiramente o Reitor da Universidade do Chile, a mais importante da nação, oferecendo-lhe uma bolsa para inaugurar o programa de intercâmbio, mas o reitor a recusou. Foi assim que partiram em busca de uma universidade menos influente, batendo na porta da Universidade Católica, que, embora muito mais conservadora, não tinha um departamento de economia. O reitor abraçou a proposta, com o assentimento do conselho de bispos, e implantou o que seria conhecido como “Projeto Chile” em Washington e Chicago. Esse projeto tinha por escopo produzir guerreiros ideológicos, capazes de vencer a batalha de ideias contra os economistas “vermelhos” da América Latina. Entenda-se “vermelhos” os economistas comprometidos com os projetos econômicos baseados na ideia de Estado de

Bem-estar social (*Welfare State*) e sobre a qual está pautada a Doutrina Social da Igreja (DSI) (Cf. TOSO,1995).

No primeiro capítulo do livro *O Neoliberalismo*, Comblin procura compreender as razões que levaram ao surgimento das ideias neoliberais e aponta para seus primeiros mentores: Friedrich Hayek (1889-1992) e Milton Friedmann (1912-2006). No segundo e terceiro capítulos, analisa o neoliberalismo na América Latina e as ideologias conexas. No quarto e quinto capítulos, apresenta a crítica ao neoliberalismo e a busca de alternativas para sair dos tentáculos de um sistema que massacra os pobres e estende, por sobre todo o globo terrestre, uma cultura de exclusão. No item 4.1, do quarto capítulo, Comblin toca no tema do desastre, já mencionado na obra de Naomi Klein. Porém, ele fala do desastre pós-implantação do sistema neoliberal, elencando uma série de crises que se instalaram na década de 90 em várias partes do mundo. Klein trata do mesmo tema como condição pré-implantação da economia neoliberal. Segundo ela, a primeira implantação, o primeiro laboratório do projeto neoliberal, só foi possível no Chile porque os Garotos de Chicago (*Chicago Boys*) estavam aguardando o momento *kairótico*, momento oportuno, para responder ao estado caótico criado pelas oligarquias chilenas, insatisfeitas com as medidas socialistas do governo de Salvador Allende, eleito democraticamente. Segundo Klein, o neoliberalismo só consegue se inserir se for precedido pelo desastre. A junta militar, tendo à frente Pinochet, protagonizou a derrocada do presidente chileno e, na falta de um ministro da economia, convocou Sérgio de Castro (1930), professor do Departamento de Economia da Universidade Católica do Chile e um dos mais ortodoxos Garotos de Chicago, para ser o idealizador da “reestruturação” econômica do país.

Muito embora se possa alegar que, entre os países da América Latina, o Chile apresenta hoje o melhor indicador econômico do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (41,5% em relação ao PIB norte-americano, e em contraposição ao do Brasil, que é 25,8%) (cf. LAMUCCI, 2019), ocupando a 55ª posição entre 190 países (cf. KNOEMA), e 44º lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁸ entre esses mesmos países, não foi isso o que foi visto na década de 80. Praticamente uma década depois da terapia de choque dos Garotos de Chicago ter sido implantada, em 1982,

8 UOL. IDH 2018: Brasil ocupa a 79ª posição. Veja a lista completa. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/14/idh-2018-brasil-ocupa-a-79-posicao-veja-a-lista-completa.html>>. Acesso em 05 de setembro de 2019.

Pinochet – mediante o colapso da economia chilena, com uma dívida externa brutal, hiperinflação, taxa de desemprego superior a 30% (dez vezes mais que no governo de Salvador Allende (1908-1973) (KLEIN, 2008, p. 105)⁹ – se viu forçado a fazer exatamente o que Allende tinha feito: nacionalizar muitas das companhias privatizadas no início de seu governo ditatorial. O ditador reorientou a política econômica e demitiu quase todos os Garotos de Chicago, inclusive o poderoso ministro da fazenda Sergio de Castro, que, entre os anos 1973-1976, atuara como ministro da economia. Passadas aproximadamente três décadas, não obstante o sucesso econômico, o Chile segue na lista dos países mais desiguais do mundo¹⁰, provando que o projeto neoliberal de Milton Friedmann, como afirmou o ex-embaixador chileno nos EUA, Orlando Letelier (1932-1976), não favorece o equilíbrio da economia, mas só agrava a concentração de renda nas mãos de quem já possui um grande volume de capital. Além disso, o neoliberalismo só pôde ser implantado, em sua forma pura, matando ou colocando na prisão milhares de pessoas, como ocorreu no Chile. Em um período de três anos, cem mil pessoas foram presas em condições parecidas às dos campos de concentração. O projeto neoliberal chileno só pôde ser implantado mediante uma “íntima harmonia” entre livre mercado e terror ilimitado (Cf. LETELIER, 1976 apud KLEIN, p. 124)¹¹.

As reflexões de Comblin sobre o neoliberalismo –acontecimento que marcou profundamente a economia mundial nas quatro últimas décadas – propõem saídas ao sistema econômico que mais tem propiciado o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos e o aumento de massa de miseráveis,

9 Naomi Kein fez uma pesquisa de fôlego, consultando jornais da época, fontes dos arquivos disponibilizados pela CIA e uma bibliografia vasta sobre o assunto.

10 Em julho de 2017, a Folha de São Paulo publicou um artigo de autoria de Sylvia Columbo, durante as eleições primárias para presidente da República. O artigo comenta que Michelle Bachelet, chefe do governo na época, não fora bem sucedida: “Bachelet não cumpriu o prometido nas reformas trabalhista e previdenciária, na educação e na redução da desigualdade social”, mostrando que o Chile é um dos campeões em desigualdade social na região. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/07/1899779-persistencia-da-desigualdade-frustrado-eleitorado-chileno-com-a-esquerda.shtml>>. Acesso em 05 de setembro de 2019.

11 Em 1976, um mês após ter publicado o polêmico artigo em *The Nation*, Letelier sofreu um atentado terrorista, perpetrado por um membro superior da polícia secreta de Pinochet, no centro de Washington, DC. Michael Townley, autor do atentado, colocou uma bomba debaixo do banco do motorista do carro em que se encontrava Letelier, no momento que este se dirigia para o trabalho, segundo investigações do FBI. Townley tinha entrado nos EUA com passaportes falsos e com conhecimento da CIA (Cf. KLEIN, 2008, p. 124).

causando um fluxo migratório nunca visto e uma escalada da corrupção em todos os níveis. Elas antecipam, em desejo, o evento programado para ser realizado na cidade de Assis, de 26 a 28 de março de 2020, intitulado, “A economia de Francisco”¹², que tem todas as condições para se tornar, como o Sínodo da Amazônia, um acontecimento a inspirar as futuras gerações. Em 11 de maio deste ano de 2019, em carta-apelo, o Papa manifestou sua vontade de se encontrar com jovens economistas, menores de 35 anos, já formados ou que estão começando a estudar, para pensar e auxiliar a colocar em prática uma economia diferente que faz viver e que não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a depreda (cf. VATICAN NEWS, 2019).

O próximo tópico finalizará nossa reflexão ao tratar da atitude e do pensamento críticos de Comblin, em sua análise dos Sinais dos Tempos¹³, mostrando como ele próprio se tornou um acontecimento.

5. Comblin: uma ontologia crítica do presente

Na aula de 05 de janeiro de 1983, após ter feito uma breve exposição sobre o percurso até então realizado nos seminários ministrados no *Collège de France* desde 1970, na Cátedra História dos Sistemas de Pensamento, Michel Foucault expõe a razão de iniciar o curso daquele ano, intitulado

12 A Economia de Francisco (*The Economy of Francesco*) é o evento que se realizará em Assis (Itália) e reunirá jovens economistas, empresários e estudantes de mais de 40 países, com o objetivo de promover uma economia mundial diferente.

13 Embora não tratemos dessa expressão neste artigo, ela é cara a Comblin, com toda a crítica que ela tenha recebido no âmbito da epistemologia teológica (Paul Valadier, Henrique Cláudio de Lima Vaz, Gilles Routier, Clodovis Boff). Comblin lança mão dela ao longo de sua publicação teológica, tomando sempre o cuidado de associar as duas dimensões que nela vão de par: a história e a escatologia. Para ele, a noção “os Sinais dos Tempos” faz parte de um dos dez temas mais importantes a serem abordados pelo pensamento teológico atual (Cf. COMBLIN, 2005, p. 87-94). Tratando dos sinais dos tempos como critério hermenêutico fundamental do fazer teológico, Rafael Luciani diz: “(...) no qualquer acontecimento o signo, sucesso o experiencia pueden ser dichos que son de Dios, que le pertenecen esencialmente, ni interpretados como signo de los tiempos”. Mais adiante acrescenta: “Los acontecimientos que nos suceden, y que entretejen a la historia personal y de la humanidad, no son signos de los tiempos por sí mismos, de um modo natural, sino quando reconocidos teologalmente como tales e interpretados teológicamente dentro de un horizonte de humanización” (LUCIANI, 2016, p. 47-48).

Governo de Si e dos Outros, por meio de um pequeno texto aparentemente desvinculado do rol de textos por ele pesquisados ao longo do ano anterior. Segundo o filósofo, o texto a que se refere funciona como uma espécie de epígrafe e se intitula *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* (Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo?), de autoria de Immanuel Kant (1724-1804). Publicado na revista *Berlinische Monatsschrift*, em dezembro de 1784, esse pequeno, mas não menos importante texto do filósofo alemão se destaca por trazer à baila não somente a relação entre o escritor (*Gelehrter* – o homem culto, o *savant* – o que escreve) e o leitor (considerado como um indivíduo qualquer), mas também a noção de *Publikum* (público). Trata-se, no entender de Kant, da relação entre o sábio e os leitores que fazem parte de uma comunidade constituída pelas revistas e pelas sociedades ou academias que publicavam essas revistas, não se restringindo, portanto, à Universidade. O *Publikum*, nesse caso, “é uma realidade instituída e desenhada pela própria existência de instituições como as sociedades científicas, como as academias, como as revistas, e o que é que circula nesse âmbito” (FOUCAULT, 2010, p. 10). Ora, o que mais chama a atenção de Foucault é tanto o lugar e o modo como se fala em *Publikum* quanto a liberdade de consciência para falar o que se tem de falar a esse público. “*Sapere aude*” (Ouse saber), como diz Kant, exprime o desejo de fazer o *Publikum* sair da menoridade, deixando de lado a preguiça e a covardia que fazem com que se atribua a outro o que lhe é de direito: servir-se de sua própria inteligência para pensar e dizer com coragem o que se pensa (Cf. KANT, 1784, p. 1). Segundo Kant, “um público só muito lentamente consegue chegar à Ilustração. Por meio de uma revolução, talvez, se possa levar a cabo a queda do despotismo pessoal e da opressão gananciosa ou dominadora” (ibidem, p. 2); porém, para atingir a Ilustração, nada mais é exigido do que fazer uso da liberdade de pensar, a mais inofensiva “entre tudo o que se pode chamar liberdade”, lançando mão do *uso público* da razão em todos os elementos (Cf. ibidem, p. 2). Segundo Foucault, para além da questão do público e da liberdade de consciência, o que mais lhe chama a atenção nesse texto “é a questão do presente, é a questão da atualidade, é a questão de [saber]: o que acontece hoje? O que acontece agora? O que é ‘esse agora’ dentro do qual estamos todos” (FOUCAULT, 2010, p. 12); o lugar, o ponto do qual se escreve. Ainda que, no campo da filosofia, não seja a primeira vez que se indaga sobre o presente (Descartes e Leibniz, 1646-1716, já o haviam feito), o mais importante no texto kantiano está no fato de indagar: “o que é esse presente?”. Na resposta a essa indagação, exige-se que sejam respeitadas três condições: a) entre

todos os elementos que fazem parte desse presente, distinguir aquele que, realmente e atualmente, faz sentido para uma reflexão filosófica; b) ter consciência de que esse elemento é o portador ou a expressão de um processo; c) ter consciência também “de mostrar em que e de que modo quem fala, como pensador, como estudioso, como filósofo [e no caso de Comblin, poderíamos dizer, teólogo], faz parte ele próprio desse processo. (...) [e] que tem, como estudioso ou filósofo ou pensador [ou teólogo], certo papel a desempenhar nesse processo em que será, portanto, ao mesmo tempo elemento e ator” (ibidem, p. 13). Para aquele que pensa para além de uma doutrina ou de uma tradição, ou mesmo da comunidade humana em geral, trata-se de colocar a questão de seu próprio pertencimento a um presente, do seu pertencimento a certo nós, “a um ‘nós’ que se refere, de acordo com uma extensão mais ou menos ampla, a um conjunto cultural característico da sua própria atualidade” (ibidem, p. 14). Segundo Foucault, é esse o elemento fundamental inaugurado por Kant, ao responder à pergunta “*O que é o Iluminismo?*”. Sua reflexão procura responder fundamentalmente a três outras questões: Qual é a minha atualidade? Qual o sentido dessa atualidade? E o que faz com que eu fale dessa atualidade?

Nesse presente, é preciso identificar “um acontecimento, que terá, diz ele, valor de sinal. Sinal do quê? Sinal da existência de uma causa, de uma causa permanente que, ao longo da própria história, guiou os homens no caminho do progresso. Causa constante que se deve, portanto, mostrar que agiu outrora, que age agora, que agirá futuramente” (ibidem, p. 17). Trata-se, pois, como crítico atento do presente, de identificar o sinal rememorativo, demonstrativo e prognóstico de uma época. Não se trata, no entanto, da noção de acontecimento, como o da Queda da Bastilha enquanto evento fundante do processo revolucionário francês. É isso o que o filósofo alemão procurou fazer ao escrever os *O Conflito das Faculdades* [de filosofia e direito e sobre a relação entre as diversas faculdades que constituem uma universidade]. Para ele, o que faz da Revolução Francesa um acontecimento é o fato de ser “recebida em toda a sua volta por expectadores que não participam dela, mas a veem, que assistem a ela e que, bem ou mal, se deixam arrastar por ela” (ibidem, p. 18). O que faz da Revolução um acontecimento é o que acontece na cabeça dos que não fazem a revolução. É nesse sentido que ela será o sinal de progresso, pois foi a partir dela que todos os homens passaram a tomar consciência do direito de se dotar de uma constituição política que lhes convém, com o intuito de evitar, no interior de

uma nação, toda guerra ofensiva. Assim, tanto a *Aufklärung* quanto a Revolução, enquanto virtualidades permanentes, são acontecimentos e sinais que marcam a instauração de uma nova época. Para Foucault, o percurso inaugurado por Kant fundou tanto a tradição de uma filosofia crítica que coloca a questão das condições em que um conhecimento verdadeiro é possível (analítica da verdade) quanto uma *ontologia do presente*, que pode ser sinônimo de uma “ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos”. É a última a que, à medida que pode, Foucault se sente vinculado (ibidem, p. 22).

No artigo intitulado, *José Comblin: um teólogo contemporâneo e parresista*, eu expus os elementos que me fazem ver, no pensamento e na vida de nosso teólogo, a concretização, em solo latino-americano, de uma *ontologia crítica do presente* (cf. OTTAVIANI, 2015). Os três tópicos aqui trabalhados puderam identificar três elementos que Comblin soube identificar como acontecimentos em cada época analisada: *a Missão contra o avanço do comunismo*; *a Lei de Segurança Nacional* e os mecanismos de dominação que lhe são correlatos; e o *Neoliberalismo* como pensamento hegemônico, desconstruindo a ideia de *Estado de Bem-estar social (Welfare State)* sobre o qual está fundada a Doutrina Social da Igreja (Cf. TOSO, 1995). O texto de Kant, como vimos, serviu para Foucault de preâmbulo a um curso, versando sobre a dimensão ética e política da *parresia* (dizer verdadeiro, franco-falar), cujo ponto de partida é cena parresiástica relatada por Plutarco, na qual se vê “Platão usando sua fala franca perante o tirano Dionísio e arriscando a própria vida” (GROS apud FOUCAULT, 2010, p. 345-346). Ao seguirmos as pegadas biográficas de Mônica Muggler, vemos que a coragem pela busca da verdade se fez sempre presente ao longo da existência do teólogo e missionário Comblin. Ela o levou, por duas vezes, a ser expulso de um país: do Brasil, em 1972 e do Chile, em 1980.

Encaminhando-me para a conclusão, gostaria, no entanto, de lembrar um único episódio, entre outros que poderíamos citar, que mostra, de forma emblemática, a atitude crítica de nosso teólogo em relação ao presente e sua constante atenção em ler os Sinais dos Tempos. No primeiro semestre de 1968, D. Helder Câmara recebera o Documento Básico em preparação à II Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM), que ocorreria de 24 de agosto a 6 de setembro daquele ano em Medellín, Colômbia¹⁴. À luz do

14 D. Helder recebeu o documento básico do encontro de Medellín, Colômbia. *Diário de Pernambuco*, 01 de agosto de 1968. Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa José Comblin (CDPJC – UNICAP).

espírito colegial do Concílio Vaticano II, ele constituiu um grupo de quinze assessores para preparar alguns documentos que servissem de contribuição na Conferência, que tinha por escopo a aplicação das intuições conciliares em continente latino-americano¹⁵. Comblin estava nesse grupo e, segundo o Padre Marcelo Cavalheira, então diretor do Instituto de Teologia do Recife (ITER), não precisou, depois de reler o documento básico algumas vezes, de mais de seis horas para fazer suas considerações em 27 páginas. Tendo por pano de fundo a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e a Encíclica de Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos (*Populorum Progressio*), suas notas sobre o documento são compostas de quatro partes (A, B, C e D), sendo a primeira dividida em 2 itens, a segunda, em 12, a terceira, em 4 (a, b, c, d) e a quarta em 6. As quatro partes são precedidas de uma “exposição da situação”, que adverte para a necessidade de partir de uma análise indutiva do subdesenvolvimento latino-americano e, não, de análises genéricas sobre o subdesenvolvimento, que serviriam dedutivamente para qualquer continente¹⁶. Alguns desses itens apresentam dois ou mais subitens.

Na parte B, relativa à Igreja, ele mostra a presença do catolicismo na construção da civilização latina (miscigenação entre índios, brancos e negros) desde o começo. A ela cabe parte da responsabilidade referente aos louros e aos reveses da história latino-americana. Em sua estrutura, apresenta também fenômenos típicos do subdesenvolvimento. Os doze tópicos que o constituem mostram a parcela de responsabilidade da Igreja hierárquica quanto ao subdesenvolvimento latino-americano: 1. Ausência de atendimento; 2. Solidariedade com os grupos dominantes; 3. Incapacidade de Organização; 4. Colonialismo: dependência permanente do financiamento estrangeiro, “fator de alienação”. 5. Má administração dos bens: terras e propriedades eclesiásticas ociosas ou mal aproveitadas; 6. Assistencialismo; 7. Ensino classista: “é preciso constatar que o ensino católico contribui eficazmente para manter e aprofundar o abismo cultural entre as classes sociais”, o que faz com que a Igreja colabore com a perpetuação de estruturas sociais subdesenvolvidas; 8. Tratamento dos empregados; 9. Funcionalismo cartorial: a burocracia eclesiástica mantém o clientelismo próprio às elites, empregando pessoas incapazes, inúteis, recrutadas por

15 Comblin triste com a repercussão diz que reescreve documento. *Jornal do Comércio*, 15 de junho de 1968. (CDPJC – UNICAP). Mônica Muggler diz que eram 12 assessores (Cf. 2013, p. 91).

16 O Documento se encontra no CPDJC da UNICAP.

vínculos de amizade ou de família; multiplica as reuniões, os encontros dos quais não procedem conclusões práticas; 10. Evasão dos técnicos; 11. Religião primitiva: não se trata de destruir a religiosidade popular; mas “poucas são as oportunidades que se oferecem para corrigir ou melhorar o nível do catolicismo tradicional” (Comblin parece se referir aqui à necessidade de formação, sobretudo dos leigos, à qual ele dedicará toda a sua vida); 12. Estruturas clericais (nesse item, nosso teólogo chama a atenção para o fechamento, nas estruturas eclesiais, à participação dos leigos, particularmente das “classes baixas”).

Ao tocar em todos esses assuntos, Comblin diz que não teve a intenção de desvalorizar os aspectos encantadores e agradáveis que existem nas instituições eclesiais. Contudo, haja vista ser tarefa dos especialistas estudar o problema do subdesenvolvimento, faz-se necessário evitar pregar aos outros, sem aplicar a si mesmos, o que se exige dos outros. As partes C e D tratam respectivamente da Doutrina Social e dos Problemas Pastorais. A parte C, no item *a*, trata do problema do poder ou problema político. Esse item, desenvolvido em dois subitens (a conquista do poder e o exercício do poder), merece ser tratado em um artigo à parte. Nesses dois subitens, Comblin parte da realidade concreta para elucidar as reais possibilidades de forças políticas autóctones – comprometidas com uma reforma estrutural capaz de promover a justiça social e o desenvolvimento dos povos do chamado Terceiro Mundo, como pede a *Populorum Progressio* de Paulo VI – ascenderem ao poder e o exercerem de forma a tornar efetiva a derrubada dos “privilégios tradicionais” (1968, p. 14). Ainda nesses subitens, nosso teólogo passa a analisar o valor dos movimentos revolucionários no México, em Cuba e na Bolívia e a criticar a tentativa de replicá-los em toda parte, sem conhecer as reais condições de cada nação latino-americana. Afasta a tentação do “foquismo”, doutrina dos focos de insurreição proposta por Che Guevara e R. Debray (Cf. *ibidem*, p. 14), e diz que, para se conquistar o poder, pressupõe-se “um grupo coerente, unido, com apoio em vários grupos sociais, e capaz de uma ação em conjunto, provavelmente com lideranças carismáticas”. Segundo ele, “o grupo candidato ao poder deve exercer pressões para derrubar o governo e instalar-se no seu lugar. (...) seria errôneo pensar que uma insurreição militar seja condição indispensável para conquistar o poder. Existem muitos meios não-violentos, insuficientemente estudados até agora nos grupos políticos” (*ibidem*, p. 15).

As ideias de Comblin, contidas nessas 27 páginas, parecem sofrer a influência do pensamento da época, que se baseia nas análises de Marx e

Engels (1820-1895), cujo *Manifesto* encarna a vontade dos integrantes da Liga dos Comunistas, reunida em Londres em 1847, de traçar um plano articulado e racional (científico) para a tomada do poder, instaurando reformas estruturais por meio da socialização das riquezas e dos meios de produção (cf. MARX; ENGELS, 1982). Essas páginas parecem também sofrer as influências das discussões em torno de maio de 68, disseminadas pelos meios de comunicação e trazendo à luz a insatisfação a toda e qualquer forma de dominação, uma vez que Comblin nunca deixou de manter contato com Louvain, um dos maiores centros culturais da Europa e que entrou de cheio na revolução estudantil desencadeada em Paris.

Essas “Notas sobre o Documento Básico”, que, no entender de Frei Gilberto Gorgulho, não faziam mais do que traçar um diagnóstico da realidade latino-americana, foram desviadas sorrateiramente e colocadas nas mãos do vereador Wandenkolk Wanderley (1912-2002), que as fez publicar na íntegra no *Diário de Pernambuco* e, posteriormente, no *Jornal do Brasil* no início de agosto de 1968. Os recortes de jornal, arquivados no Centro de Documentação e Pesquisa José Comblin (CDPJC), nos permitem ver que algumas partes foram particularmente ressaltadas e outras tiradas de seu contexto para acusar Comblin de infiltração comunista na Igreja e atacar diretamente D. Helder Câmara. O episódio, desencadeado pelo vereador pernambucano e difundido em variados meios de comunicação de outras regiões do país, levou nosso teólogo, três anos e meio depois, a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional e extraditado do país, dois dias após ter completado 49 anos.

Olhando para os quadros da Igreja católica atual, ao menos no Brasil, quem tem se debruçado com tal profundidade para analisar a polaridade entre uma ala radical contra o projeto “Igreja em Saída” do papa Francisco? Quem tem se esforçado em sistematizar e mostrar as profundas raízes evangélicas de tal projeto? Quem tem procurado aprofundar a ideologia que atravessa o governo atual? Quem tem procurado estudar os dispositivos, táticas e estratégias desse governo, que tem criado um desmonte dos projetos sociais, visando atender cada vez mais às necessidades daqueles que se encontram nas periferias existenciais, como tem pedido o Papa Francisco? Quem tem analisado o enraizamento das táticas e estratégias neoliberais nos bastidores do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto? Ao procurar responder a essas perguntas, dou-me conta da importância de pensadores na estrutura eclesial que desempenhem papel parecido ao de José

Comblin. Nesse sentido, posso dizer que, por meio de seus ditos, atos e escritos, ele se tornou um acontecimento, um infinitivo-devir, nas palavras de Gilles Deleuze (Cf. 1998, p. 77); acontecimento este em que “pensar” e “amar” segundo os critérios evangélicos não estão desvinculados do “olhar”, “contemplar” e “transformar” a realidade. Esses infinitivos emanam de uma forma de vida que lhes dão todo sentido, mas que se tornou, ela própria, “um devir em si mesmo que está sempre, a um só tempo, nos esperando e nos precedendo como uma terceira pessoa do infinitivo, uma quarta pessoa do singular” (ibidem, p. 78).

Conclusão

Este artigo teve por objetivo responder às interpelações da mesa intitulada Teologias e Ideologias, durante um encontro versando sobre o pensamento de José Comblin e os problemas por ele levantados e aprofundados. Procurei trazer à baila não só o pensamento, mas também a vida do nosso autor, verdadeiro acontecimento (*événement, event*). Como vimos com Michel Foucault, junto à busca da verdade, que se opõe a uma leitura ideológica da realidade, necessitamos da atitude corajosa portadora do dizer verdadeiro (*parresía*), capaz de descortinar os aspectos sombrios daquilo que estamos fazendo de nós mesmos, do que estamos nos tornando. Em tempo de *Fake News* e da pós-verdade; do discurso descomprometido com a realidade, elaborado somente para atender aos desejos condicionados por um determinado modelo de sociedade (consumista e marcado por relações descartáveis), abrimos um campo ao debate não só entre aqueles que se interessam por aprofundar e difundir o pensamento do teólogo belgo-brasileiro, mas também junto àqueles que, ao realizar um diagnóstico do presente, procuram ler os Sinais dos Tempos e combater, como o mestre de Nazaré, os mecanismos de dominação, sejam eles pessoais ou institucionais, com vistas a implantar no aqui e agora as primícias do reinado de Deus.

Referências Bibliográficas

ACI DIGITAL. *A Economia de Francisco: evento para impulsionar uma economia diferente entre os jovens*. Disponível em: <<https://www.acidigital.com/noticias/a-economia-de-francisco-evento-para-impulsionar-uma-economia-diferente-com-jovens-67824>>. Acesso em 06 de setembro de 2019.

- BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia?* 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHENU, Marie-Dominique. Les signes des Temps. *Nouvelle Revue de Théologique*, Bruxelles, n. 97, tome 87, p. 29-39, janvier 1965.
- COMBLIN, José. *Notes sur la situation des prêtres belges au Brésil*. Texto datilografado, 1960, 92 p. In: Acervo do Grupo de Pesquisa José Comblin (Cnpq). PUC-SP. Acesso em 04 de junho de 2019.
- _____. *A Ideologia da Segurança Nacional: o Poder Militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *A Liberdade Cristã*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- _____. *O que é a verdade?* São Paulo: Paulus, 2005.
- _____. *O Neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo: Paulus, 2005
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito (1981-1982)*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. Préface à la transgression. In: _____ *Dits et Écrits I (1954-1975)*. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris: Gallimard, 2001.
- _____. *O Governo de si e dos outros I (1982-1983)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *A Coragem da Verdade: o governo de si e dos outros II (1984)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?” (Was ist Aufklärung?)*. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2019.
- _____. *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* Disponível em: <<https://bdfwia.github.io/bdfwia.html>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.
- KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

- KNOEMA. *Atlas Mundial de dados*. Disponível em: <<https://pt.knoema.com/atlas/ranks/PIB-per-capita>>. Acesso em 05 de setembro de 2019.
- LAMUCCI, Sergio. *Brasil perde terreno na corrida do PIB per capita*. Valor Econômico. 21.05.2019. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/6267847/brasil-perde-terreno-na-corrida-do-pib-capita>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.
- LETELIER, Orlando. The Chicago Boys in Chile. *The Nation*, 28 de agosto de 1976.
- LOPES, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LUCIANI R., Rafael. Los signos de los tiempos como criterio hermenéutico fundamental del quehacer teológico. *Atualidades Teológicas*, ano XX, fasc 52, janeiro/abril 2016, p. 37-57. ISSN 1676-3742.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. V. I. 4. Ed. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- _____. *O Manifesto Comunista*. 4. Ed. Tradução e Revisão de Maria Arsênio da Silva. São Paulo: Ched, 1982.
- MUGGLER, Monica Maria. *Padre José Comblin: uma vida guiada pelo Espírito*. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2013.
- OTTAVIANI, Edelcio; FREZZATO, Anderson. Teologia a Marteladas. *Parallelus* - revista eletrônica em Ciências da Religião (UNICAP), Recife, v. 9, n. 22, set/dez. 2018, p. 597-619.
- OTTAVIANI, Edelcio. José Comblin: um teólogo contemporâneo e parresiasista. *Estudos de Religião*, v. 29, n. 1, p. 179-203, jan.-jun. 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/1208-er/v29n01/12919-jose-comblin-um-teologo-contemporaneo-e-parresiasista.html>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.
- PAPA PAULO VI. *Populorum Progressio*: Carta Encíclica sobre o desenvolvimento dos Povos. 14ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Paulinas, 2015.
- PAPA PIO XII. *Fidei Donum*. Carta Encíclica sobre a situação das missões católicas particularmente na África. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_21041957_fidei-donum.html>. Acesso em: 04 de junho de 2019.
- PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: o profeta da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, João Vitor. *Existem alternativas ao totalitarismo de mercado*. Entrevista. *IHUonline*, edição 537 de 10 de junho de 2019. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7586-existem-alternativas-ao-totalitarismo-de-mercado>>. Acesso em 06 de setembro de 2019.

TOSO, Mario. *Welfare Society: l'apporto dei pontefici da Leone XIII a Giovanni Paolo II*. Roma: Las, 1995.

VAN ROEY, Joseph Ernest. Souvenirs personnel et Documents concernant l'origine du Collège pro Amérique Latine à Louvain. In: *Acervo do Grupo de Pesquisa José Comblin* (Cnpq). PUC-SP. Acesso em 04 de junho de 2019.

VATICAN NEWS. *Papa em Assis em 2020 com jovens economistas e empreendedores*. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-05/papa0francisco-assis-2020-jovens-economistas-empreendedores.html>>. Acesso em 15 de setembro de 2019.